

Anexo I

MODELO DE DECLARAÇÃO

(Nos termos do Código dos Contratos Públicos)

[A que se refere a alínea a), do número 1, do artigo 57.º]

1 → Ana Cristina Ribeiro Simões Torres, com o número de identificação 11588072 0ZX2, e residente na Rua Principal, n.º 216, Penedos, 3060-293 Covões, na qualidade de representante legal de Ana Cristina Ribeiro Simões Torres, com o NIF 222152680 e sede na Rua Principal, n.º 216, Penedos, 3060-293 Covões, tendo tomado inteiro e perfeito conhecimento do caderno de encargos relativo à execução do contrato a celebrar na sequência do procedimento por Ajuste Direto para: **“PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE CONSULTORIA TÉCNICA NA ÁREA FINANCEIRA, PARA O MUNICÍPIO DE CANTANHEDE - AD-CCP-ABS n.º 16/2017”**, declara, sob compromisso de honra, que se obriga a executar o referido contrato, em conformidade com o conteúdo do mencionado caderno de encargos, relativamente ao qual declara aceitar, sem reservas, todas as suas cláusulas.

2 → Declara também que executará o referido contrato nos termos previstos no seguinte documento, que junta em anexo:

- Proposta de preços;
- Cópia do certificado de habilitações.

3 → Declara ainda que renuncia a foro especial e se submete, em tudo o que respeitar à execução do referido contrato, ao disposto na legislação portuguesa aplicável.

4 → Mais declara, sob compromisso de honra, que:

- a)** Não se encontra em estado de insolvência, em fase de liquidação, dissolução ou cessação de atividade, sujeita a qualquer meio preventivo de liquidação de patrimónios ou em qualquer situação análoga, nem tem o respetivo processo pendente;
- b)** Não foi condenado por sentença transitada em julgado por qualquer crime que afete a sua honorabilidade profissional;
- c)** Não foi objeto de aplicação de sanção administrativa por falta grave em matéria profissional;

- d)** Tem a sua situação regularizada relativamente a contribuições para a segurança social em Portugal;
- e)** Tem a sua situação regularizada relativamente a impostos devidos em Portugal;
- f)** Tenham sido objeto de aplicação da sanção acessória prevista na alínea e) do n.º 1 do artigo 21.º do Decreto-Lei n.º 433/82, de 27 de outubro, na alínea b) do n.º 1 do artigo 71.º da Lei n.º 19/2012, de 8 de maio, e no n.º 1 do artigo 460.º do presente Código, durante o período de inabilidade fixado na decisão condenatória;
- g)** Não foi objeto de aplicação da sanção acessória prevista na alínea b) do n.º 1 do artigo 627.º do Código do Trabalho;
- h)** Não foi objeto de aplicação, há menos de dois anos, de sanção administrativa ou judicial pela utilização ao seu serviço de mão-de-obra legalmente sujeita ao pagamento de impostos e contribuições para a segurança social, não declarada nos termos das normas que imponham essa obrigação, em Portugal;
- i)** Não foi condenado por sentença transitada em julgado por algum dos seguintes crimes:
 - i)** Participação em atividades de uma organização criminosa, tal como definida no n.º 1 do artigo 2.º da Ação Comum n.º 98/773/JAI, do Conselho;
 - ii)** Corrupção, na aceção do artigo 3.º do Ato do Conselho de 26 de maio de 1997 e do n.º 1 do artigo 3.º da Ação Comum n.º 98/742/JAI, do Conselho;
 - iii)** Fraude, na aceção do artigo 1.º da Convenção relativa à Proteção dos Interesses Financeiros das Comunidades Europeias;
 - iv)** Branqueamento de capitais, na aceção do artigo 1.º da Diretiva n.º 91/308/CEE, do Conselho, de 10 de junho de 1991, relativa à prevenção da utilização do sistema financeiro para efeitos de branqueamento de capitais;
- j)** Não prestou, a qualquer título, direta ou indiretamente, assessoria ou apoio técnico na preparação e elaboração das peças do procedimento que lhe confira vantagem que falseie as condições normais da concorrência.

5 → O declarante tem pleno conhecimento de que a prestação de falsas declarações implica, consoante o caso, a exclusão da proposta apresentada ou a caducidade da adjudicação que eventualmente sobre ela recaia e constitui contraordenação muito grave, nos termos do artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adotado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

6 → Quando a entidade adjudicante o solicitar, o concorrente obriga-se, nos termos do disposto no artigo 81.º do Código dos Contratos Públicos, a apresentar a declaração que constitui o anexo II do referido Código, bem como os documentos comprovativos de que se encontra nas situações previstas nas alíneas b), d), e) e i) do n.º 4 desta declaração.

7 → O declarante tem ainda pleno conhecimento de que a não apresentação dos documentos solicitados nos termos do número anterior, por motivo que lhe seja imputável, determina a caducidade da adjudicação que eventualmente recaia sobre a proposta apresentada e constitui contraordenação muito grave, nos termos do artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adotado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

Cantanhede, 05 de dezembro de 2016

Ana Cristina Ribeiro Simões Torres

PROPOSTA DE PREÇOS

Ana Cristina Ribeiro Simões Torres, residente na Rua Principal, n.º 216, Penedos, 3060-293 Covões, com o NIF 222152680, depois de ter tomado conhecimento do objeto do concurso por Ajuste Direto para: **“PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE CONSULTORIA TÉCNICA NA ÁREA FINANCEIRA, PARA O MUNICÍPIO DE CANTANHEDE - AD-CCP-ABS n.º 16/2017”**, a que se refere o convite datado de 25/11/2016, bem como de todas as condições estabelecidas no respetivo Caderno de Encargos, obriga-se a executar a referida prestação de serviços, pelo valor mensal de 1.221,56 Euros (mil duzentos e vinte e um euros e cinquenta e seis cêntimos), a que corresponde o valor global de 14.658,72 Euros (catorze mil seiscientos e cinquenta e oito euros e setenta e dois cêntimos), para o total dos 12 meses a concurso, que não incluem o IVA.

Sobre os valores acima descritos acrescerá o Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA), à taxa legal em vigor de 23%.

Mais declara que renuncia a foro especial e se submete ao que se achar prescrito na legislação portuguesa em vigor.

Cantanhede, 05 de dezembro de 2016

Ana Cristina Ribeiro Simões Torres



INSTITUTO SUPERIOR DE CONTABILIDADE E ADMINISTRAÇÃO DE COIMBRA

COIMBRA BUSINESS SCHOOL

Manuel de Sá e Souza de Castelo Branco, Presidente do Instituto Superior de Contabilidade e Administração do Instituto Politécnico de Coimbra:

Certifica, em cumprimento do despacho em requerimento que fica arquivado na Secretaria e à face dos documentos nela existente que,

O(a) aluno(a) **Ana Cristina Ribeiro Simões Torres**,

filho(a) de Manuel António Simões Areias

e de Dilva da Silva Ribeiro,

natural da Freguesia de Covões, do Concelho de Cantanhede, do Distrito de Coimbra,

concluiu neste Instituto, no dia 01 de Julho de 2014, a **Licenciatura em Contabilidade e Gestão Pública**, com a classificação final de **doze (12) valores**, com a informação final de Suficiente. Mais se certifica que obteve as classificações indicadas nas unidades curriculares a seguir discriminadas:

Unidade Curricular	Nota	Data	Tipo de Inscrição	ECTS
A/S curricular: 1				
Noções Fundamentais de Direito	Treze Valores	20-01-2010	Normal	5
Introdução à Gestão das Organizações	Dez Valores	03-02-2010	Normal	4
Contabilidade Financeira I	Dez Valores	11-02-2010	Normal	8
Aplicações Informáticas I	Dez Valores	12-02-2010	Normal	4
Inglês Técnico-Contabilidade	Onze Valores	22-06-2010	Normal	3
Direito Administrativo	Dez Valores	30-06-2010	Normal	5
Microeconomia	Dez Valores	13-07-2010	Normal	5
Direito Constitucional	Dez Valores	26-02-2011	Normal	4
Métodos Quantitativos II	Catorze Valores	21-07-2011	Normal	5
Aplicações Informáticas II	Doze Valores	05-07-2012	Normal	4
Métodos Quantitativos I	Treze Valores	24-01-2013	Normal	5
Contabilidade Financeira II	Dez Valores	20-09-2013	Normal	8
A/S curricular: 2				
Análise Macroeconómica	Doze Valores	25-01-2011	Normal	4
Auditoria Financeira	Doze Valores	28-01-2011	Normal	5
Estatística I	Dez Valores	31-01-2011	Normal	4
Contabilidade e Finanças Públicas I	Doze Valores	03-02-2011	Normal	5
Economia Pública	Dez Valores	11-02-2011	Normal	4
Auditoria das Contas do Sector Público	Quinze Valores	27-06-2011	Normal	6

Unidade Curricular	Nota	Data	Tipo de Inscrição	ECTS
Direito Tributário	Treze Valores	01-07-2011	Normal	4
Estatística II	Doze Valores	05-07-2011	Normal	4
Contabilidade e Finanças Públicas II	Onze Valores	22-07-2011	Normal	6
Contabilidade Analítica	Onze Valores	07-02-2012	Normal	8
Contabilidade de Gestão do Sector Público	Catorze Valores	05-07-2012	Normal	5
Cálculo Financeiro	Dez Valores	17-09-2013	Normal	5
A/S curricular: 3				
Simulação Organizacional I	Dezasseis Valores	21-01-2012	Normal	8
Políticas Públicas	Treze Valores	24-01-2012	Normal	4
Fiscalidade I	Catorze Valores	06-02-2013	Normal	5
Ética e Deontologia	Quinze Valores	08-02-2013	Normal	4
Análise e Gestão Financeira	Onze Valores	25-02-2013	Normal	5
Simulação Organizacional II	Dezasseis Valores	14-06-2013	Normal	8
Direito Comercial	Dez Valores	20-06-2013	Normal	4
Métodos de Previsão	Treze Valores	25-06-2013	Normal	4
Fiscalidade II	Dez Valores	28-06-2013	Normal	5
Economia Portuguesa	Quinze Valores	08-07-2013	Normal	4
Direito do Trabalho	Doze Valores	10-09-2013	Normal	4
Sistemas de Controlo de Gestão	Dez Valores	01-07-2014	Normal	5

Total de ECTS Aprovados: 180

O(A) interessado(a) requereu o respectivo Diploma de Curso.

Consta dos documentos arquivados na Secretaria deste Instituto.

A presente vai autenticada com o selo branco deste Instituto.

Serviços Académicos do Instituto Superior de Contabilidade e Administração de Coimbra, 17 de julho de 2014.

Reg. 351
 Bus 102
 Emol 15,00€
 Cont. RA

1. O Presidente

Elisabete Maria Teixeira Marques Gaspar

Elisabete Maria Teixeira Marques Gaspar
 Responsável dos Serviços Académicos